

REQUERIMENTO Nº. , 2024
(Do Sr. PASTOR HENRIQUE VIEIRA)

Requer a criação de Comissão Externa, sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a investigar o aumento da letalidade policial no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 38, combinado com o art. 117, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Externa, sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a investigar o aumento da letalidade policial no Estado de São Paulo, a ser composta pelo primeiro Deputado que subscreve, além de outros membros a serem posteriormente indicados.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A situação da segurança pública no Estado de São Paulo tem recebido destaque no noticiário nacional pela violência e truculência que tem caracterizado a atuação das forças de segurança no Estado. Porém, esta semana uma gravação de vídeo atualizou o nível da barbárie, que tem orientado a política de segurança pública de São Paulo: um policial militar foi flagrado arremessando um homem, já rendido, de uma ponte.

A despeito da censura do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, do Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, e da alta cúpula da Polícia Militar sobre o episódio e a conduta ilegal do policial militar, a cena é, na verdade, expressão de uma



política de segurança pública que dá um salve-conduto à atuação arbitrária e descontrolada dos policiais.

Senão vejamos.

A letalidade policial aumentou 94%, no primeiro semestre, em relação ao mesmo período de 2023. Mas a escalada de violência não se deu apenas em 2024: as operações Escudo e Verão, em 2023, vitimaram 84 pessoas, na Baixada Santista.

O Estado de São Paulo apresentou um aumento de 59% de casos de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial na comparação dos meses de janeiro a outubro entre 2023 e 2024. Na Capital, os casos de letalidade policial aumentaram em 60% para o mesmo período.

Ao observar a variação considerando somente os casos de pessoas mortas por policiais em serviço, o aumento é de 80% dos casos para o Estado e 50% na Capital. Ao observar a variação considerando somente os casos de pessoas mortas por policiais em folga, **há uma redução de 6% dos casos no Estado e um aumento de 73% na Capital.**

Aparentemente, há um padrão de atuação em curso, por parte do governo do estado de São Paulo, que se reflete na declaração feita pelo governador Tarcísio: "Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU [Organização das Nações Unidas], pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí".

Na verdade, os dados revelam um retrocesso em relação à profissionalização da Polícia Militar, que vinha apresentando quedas significativas dos casos de letalidade policial nos anos anteriores. 2021 apresentou uma queda de 28% no total de casos em relação a 2020, no ano seguinte, também há uma queda de 34% dos casos, números rapidamente revertidos desde o início da atual gestão Tarcísio-Derrite.

Os artífices desse modelo têm preferido o aplauso fácil, as operações midiáticas e uma indevida intervenção política na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

É estarrecedor o uso político que o governador Tarcísio Freitas tem feito da Instituição da Polícia Militar do Estado de São Paulo. No início do corrente ano, o Governador anunciou a mudança do subcomandante da Polícia Militar, além de 34 dos 64 coroneis da corporação, com intuito de mudar o perfil da chefia da corporação.



Após as mudanças abruptas, o governador anunciou o envio de um Projeto de Lei para Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com o intuito de a aposentar compulsoriamente quase metade do alto comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o que representa 40% dos coroneis e 75% dos tenentes-coroneis.

Regredimos também com o risco de perder os resultados históricos conquistados pelo Programa de Câmeras Corporais e contradizendo as melhores evidências nacionais e internacionais, que indicam prioridade ao patrulhamento cotidiano das ruas, uso inteligente da força, investigações e operações silenciosas e abordagens bem realizadas e não truculentas.

Fica demonstrada a existência de perseguição política dentro de uma Instituição tão valiosa e importante para o conjunto da sociedade. As ações do governo enviaram um aviso a toda corporação: **Tarcísio inaugurou no estado a politização das forças policiais ostensivas que pretende tirar do seu caminho aqueles e aquelas profissionais que prezam pelo combate ao crime com ações e respostas dentro da lei.**

Em suma, observamos com preocupação e temor a situação da escalada da violência em São Paulo, por se tratar de um Estado de relevante importância para todo país e que em poucos anos apresentou significativo retrocesso na sua política de Segurança Pública. As indicações políticas do governador Tarcísio Freitas atuam por vezes como verdadeiros grupos de extermínio que nos remetem à década de 1990.

Portanto, pela preocupante orientação da política de segurança pública do governo paulista, que tem sido responsável pelo aumento expressivo da letalidade policial, e pela possibilidade desse modelo se consolidar pelo país, é que requeremos a criação da presente Comissão Externa, para a qual espero contar com o apoio dos pares.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Pastor Henrique Vieira
PSOL-RJ

Deputado Guilherme Boulos



PSOL-SP

Deputado Chico Alencar

PSOL-RJ

Deputada Erika Hilton

PSOL-SP

Deputada Talíria Petrone

PSOL-RJ

Deputada Professora Luciene Cavalcante

PSOL-SP

Deputada Célia Xakriabá

PSOL-MG

Deputada Sâmia Bomfim

PSOL-SP

Deputado Tarcísio Motta

PSOL-RJ

Deputada Fernanda Melchionna

PSOL-RS



Deputado Glauber Braga
PSOL-RJ

Deputado Ivan Valente
PSOL-SP

Deputada Luiza Erundina
PSOL-SP

Apresentação: 04/12/2024 21:09:01.337 - Mesa

REQ n.4770/2024



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246025994100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Henrique Vieira e outros

